



HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUIVOS: UMA TRAJETÓRIA NA HISTÓRIA INDÍGENA¹

Prof. Dr.^a Maria Cristina dos Santos²

Minha proposta hoje aqui vai ser bem simples, vou oferecer a vocês uma linha de tempo da minha formação e dessas questões que envolvem História, Arqueologia, Antropologia e arquivos, que fizeram parte da minha formação e que eu aprendi também, muitas vezes, com os orientandos que já estavam tão adiantados como a Cris (Maria Cristina B. Martins) e a Eliane (Deckman Fleck). E o retomar dessa linha de tempo é para ver se a gente pode abrir um debate, mais ao final dessa comunicação, sobre as questões que envolvem atualmente o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, discutir quais são os empecilhos e as dificuldades ou quais são as alegrias – que las hay, las hay! Não é?! De vez em quando...

Essa parte inicial, de História e Arqueologia, eu acho que é bem importante, porque também nos formamos mais ou menos numa época próxima na graduação de História, feita lá na década de 1980, que sempre foi muito deficitária, incompleta, dentro de um modelo de História tradicional, da tradicional História Política. Com pouquíssimas exceções, no curso de História que eu fiz, não havia professores especialistas dentro do corpo docente da PUC/RS, a maioria eram generalistas. Aquele sonho que a gente tinha antes da graduação foi desmoronando diante dessa crua realidade, que era a formação de graduação em História na PUC daquele período.

O primeiro contato que eu tive com um professor especialista, reconhecido como tal, foi com Arqueologia pré-histórica. Junto com a arqueologia pré-histórica se apresentou para mim toda uma possibilidade de fugir daquela formação que eu julgava deficitária, porque nem no colégio eu tinha tido aulas tão retrógradas quanto eu tive em sala de aula na PUC/RS. A primeira escavação que a gente fez foi bem no início do curso, no sítio [arqueológico] de

¹ Conferência ministrada em atividade do Núcleo de Estudos Ameríndios (NEA) do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, através da plataforma *Microsoft Teams*, no dia 01 jul. 2021, às 16h30min. Transcrição realizada pelo doutorando Ernesto Pereira Bastos Neto, integrante do NEA e aluno do Programa Pós-Graduação em História da PUC/RS. Optou-se, nesse texto, por manter as características da exposição oral realizada pela professora Maria Cristina dos Santos, com pequenas supressões ou ajustes e acréscimos em colchetes e parênteses.

² Professora Titular Emérita de História da América do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS.

Itapeva, que rendeu o que veio a ser a minha monografia, com uma “análise” – bastante entre aspas aí – do material lítico.

O trabalho de campo da Arqueologia é encantador. Qualquer um que faz um trabalho de campo na arqueologia creio, fica apaixonado, deslumbrado com as possibilidades de pesquisa que não sejam aquelas tão tradicionais, ou arqui-tradicionais, que existiam dentro da História. Todo esse encanto do trabalho de campo, na arqueologia pré-histórica, em especial com material lítico, foi se desvanecendo para mim durante o laboratório propriamente dito, que seria essa análise do que a gente tinha reunido na escavação. Eu passei mais de dois anos, depois dessa escavação, identificando os instrumentos, compilando descrições de autores – a maioria autores europeus –, e existia uma inevitável comparação, que era como é que a gente olha um raspador *acheulense* ou *levalloisense*, aquelas clássicas indústrias francesas da pré-história, a partir daquelas coisas horrorosas que havia em Itapeva? Os instrumentos eram todos mal lascados, pareciam muito mal-feitos. O exercício que foi esse primeiro trabalho de pesquisa me deixou uma insatisfação muito grande, um “*mal sabor de boca*” como dizem os espanhóis. Eu tinha muita dúvida, na verdade, entre o que era efetivamente incapacidade dos artífices de Itapeva e o que era aquilo que eu podia não estar vendo. Sempre ficava [essa dúvida]: seriam esses homens de Itapeva tão pouco habilidosos para tratar com aquela matéria-prima de basalto e quartzo? Dessas dúvidas, a resposta acadêmica, ou seja, como eu fui encaminhada a pensar, [era que] o problema não são os homens, o problema é a matéria-prima que não ajuda o lascamento. Eu sentia que técnica existia, porque existiam instrumentos polidos que presumiam uma técnica, um conhecimento para lidar com aquela matéria-prima, mas, o que me diziam sempre era assim: você tem que dar uma resposta no final do seu trabalho! Você tem que dizer algo ao final da sua pesquisa! Vamos guardar essa afirmação aí para depois...

Eu terminei o trabalho dizendo: pois é, a dificuldade da matéria-prima é que impede esses homens de fazerem instrumentos mais bem-feitos. Aí eu achei Arqueologia Pré-histórica muito pouco armada para me dar algum subsídio para pensar melhor isso. Então, no mestrado, eu fui para Arqueologia Histórica, porque eu imaginei: com escavação – que era a parte boa –, com instrumentos – o resultado da escavação – e, com documentos, poderia ser que eu conseguisse ir um pouco adiante. Em outra escavação, lá em São Lourenço das

Missões (São Luiz Gonzaga/RS), em 1985, eu busquei ficar fora da construção principal, que era a igreja, e fui para uma zona distante, que a gente imaginava que poderiam ser casas de índios. Escavamos durante o mês de janeiro, um calor desgraçado naquela região de Missões. Escavamos... escavamos... escavamos... e de novo me veio aquela sensação de que o trabalho de campo é deslumbrante, mas o resultado tão pequenininho... [encontramos as fundações de um muro ou parede de pedra e o que seriam marcas de buracos de poste, usados ou para a sustentação da casa ou para pendurar outros artefatos como rede, por exemplo].

Depois de São Lourenço, a gente repetiu a dose em São Miguel (São Miguel das Missões/RS) e daí as minhas dúvidas só iam aumentando, porque cada vez mais eu via que a Arqueologia me indicava homens, pessoas, mas eu não consegui alcançá-los... a escavação de São Miguel foi ainda mais desesperadora, porque foi no núcleo do que seria a Redução. [Local onde viria a ser construído o pórtico de entrada com a bilheteria]. A gente desencavou oitocentos mil cacos de telha, que eram feitas no torno, uma produção industrial mesmo, então sentíamos que havia homens, havia mulheres, havia crianças, mas estavam muito longe ainda. Com o que a gente tinha da Arqueologia naquele momento, na Arqueologia Histórica, pensando naquilo que haviam me dito lá no final da graduação: “tu tens que dizer alguma coisa sobre isso”, eu não conseguia pensar em alguma coisa que eu pudesse dizer com o resultado dessas pesquisas arqueológicas; no final, eu não tinha nada a dizer, entre cacos de telha ou buracos de poste para pendurar redes.

Foi então que eu resolvi passar a investir mais na pesquisa documental mesmo, e aí um novo mundo efetivamente se abriu, no sentido de que cada documento me levava realmente a perceber que havia gente e aí eu realmente abandonei a Arqueologia e voltei para História (a volta do filho pródigo), no seguinte sentido: era a pesquisa documental que me preenchia um pouco mais. Mesmo pesquisando exclusivamente na documentação publicada dos manuscritos da Coleção D’Angelis ou dos Documentos para História da Argentina, a leitura da documentação me dava a angústia dos padres ao realizar cada registro, o desconsolo das autoridades civis frente aos indígenas, a fúria, muitas vezes a indignação dos indígenas frente a imposições cristãs, ocidentais, enfim, existia um mundo de gente que era possível perceber... que era possível reconstruir, digamos assim. Foi nesse momento, em que eu estava fazendo essa pesquisa para o mestrado, que eu cruzei com o (Bartomeu) Melià.

Eu cruzei com Melià lá nos corredores do (Instituto) Anchieta (de Pesquisas). Ele me perguntou sobre o que eu trabalhava e eu disse que estava trabalhando sobre os xamãs do século 17. Tenha cuidado! (respondeu Melià). Eu ignorei absolutamente o aviso. Por absoluta ignorância... Foi quando eu tive montado mais ou menos esse teatro dos xamãs se revoltando contra os padres, contra os governadores... eu escrevi um primeiro capítulo quase confessional, em um arroubo da juventude, fiz um capítulo sem nenhuma referência teórica nem metodológica, nem nada. Foi quase desabafo de tudo que tinha de antes... e mandei [para o então orientador] sabendo que eu iria ser esculhambada literalmente. Eu [pretendia] pedir algumas referências, mas, enfim, literalmente eu me atirei no tronco para todas chicotadas possíveis, porque era exatamente o contrário de tudo que eu havia aprendido que a gente deveria fazer em um trabalho científico. E aí veio a minha primeira surpresa, quando recebi de volta esse capítulo, estava cheio de elogios, dizendo que eu era maravilhosa, que tinha um futuro brilhante pela frente e, que estava tudo perfeito, divino e maravilhoso. Aí me acendeu aquela luzinha assim: eu sei que isso não está bom... não venha me enganar que isso está bom, porque não está... foi quando cometi meu primeiro pecado, grande pecado acadêmico, que foi dizer assim: acho que não leu! Se leu, então, o que disse na aula não é de verdade... alguma coisa não estava fechando nisso... e daí eu pedi a troca de orientador, uma coisa que vocês devem pensar muito antes fazer, porque na academia isso não enquadra muito bem.

Naquele momento eu realmente sentia falta de alguém que me colocasse dentro de algum parâmetro e que me exigisse coisas. Durante esse período, estava chegando no pós-graduação de História lá da PUC/RS um professor que havia feito o seu doutorado na França, mas que não trabalhava com Guarani, não trabalhava nem com História, ele era da Sociologia, da Antropologia em específico; falava muito de teoria, falava muito de Weber, de Durkheim, Bourdieu, e, contaminado com o seu trabalho de doutorado sobre lideranças carismáticas, ele não me fazia perguntas, mas sempre me oferecia muitas alternativas teóricas de respostas, muitas explicações teóricas que eu até então, efetivamente, não tinha tido acesso.

Com a pesquisa documental mais ou menos encaminhada, o que me faltava era realmente alguém que desse um norte teórico que eu pudesse seguir. Foi justamente o que eu acabei fazendo, coloquei meus xamãs dentro da carroça do Weber e das lideranças

carismáticas e fui levando enquanto pude. O que mudou muito nesse momento, de ter o (Ari Pedro) Oro como orientador do mestrado, foi a possibilidade de acesso a uma série de leituras clássicas da Sociologia, da Antropologia Religiosa, da Antropologia Política, Simbólica; de forma que aquilo que eu via na documentação começava a fazer sentido dentro daquela perspectiva teórica. Nesse período aí, 1986 e 1987, enquanto eu estava fazendo mestrado, eu dava aula no Colégio Santa Inês, no Colégio Medianeira e na PUC mesmo, foi quando surgiu a primeira bolsa de mestrado lá na PUC, que remunerava mais do que os três salários que eu recebia na época. Houve essa grande tentação de abrir mão de tudo e pegar uma bolsa, que pagava muito mais do que eu recebia trabalhando em lugares diferentes. O Braz Brancato não me deixou abrir mão desses três empregos, [me recomendou a] manter esse vínculo profissional, o que só fez com que demorasse um pouquinho mais para eu conseguir terminar esse mestrado.

Durante esse período também, junto com o Zé Otávio (José Otávio Catafesto de Souza), da UFRGS, a gente organizou as Terceiras Jornadas de Missões, lá na PUC, que foi realizada em 1988. A gente ficou durante o ano de 1987 organizando (fazendo o trabalho burocrático). Vieram muitos convidados franceses e estava no auge do filme *A Missão*, então aquela Jornada foi meio que eclipsada... o objeto *Missão*, os índios, os padres, estavam na tela grande do cinema, e a discussão ficou muito aquém do que a gente [imaginava]. O Zé Otávio estava terminando o mestrado, eu também estava no meio e a gente pensava que ia ser um grande debate acadêmico, mas ficou uma grande discussão sobre *A Missão* (o filme). Logo em seguida, o professor Pedro Vives, da Complutense (Universidad Complutense de Madrid), veio dar um curso na PUC/RS sobre Paraguai do século XVIII. Ele não se importava nem um pouco com os indígenas, mas tinha um conhecimento imenso da documentação histórica nos arquivos espanhóis e aquilo foi me mobilizando... Aí eu o levei para conhecer as ruínas de São Miguel, contei das escavações que a gente tinha feito, do pouco que eu tinha conseguido e, dessa forma, antes de terminar a dissertação eu já tinha desenhado o projeto de doutorado que queria fazer. Eu queria ver os Guaraní do século XVIII, depois da expulsão (da Cia. de Jesus). Queria ver como é que aqueles indígenas eram descritos sem a angústia dos padres, sem a disputa de poder entre autoridades civis e religiosas, eu queria trabalhar esse período, mas tinha que terminar o mestrado antes. Um pequeno *spoiler* é que, como todos aqui sabem,

eles continuaram sendo descritos com a mesma angústia dos padres, agora Franciscanos, Agostinianos... e com as mesmas pressões das autoridades civis...

Mas, para terminar, eu fiz uma dissertação protocolar, aquela que a gente enquadra a documentação dentro de algum marco teórico, que, nesse momento era Weber, Bourdieu, Durkheim, Clastres... alguma coisa que eu consegui..., escrevi muito rápido, porque estava com o projeto de doutorado andando. Entre julho e setembro eu escrevi toda a dissertação, defendi no Dia de Todos os Santos de novembro de 1988 e, 15 dias depois, estava na Complutense fazendo a matrícula no doutorado, que era um pouco o que eu queria: me livrar do mestrado, para poder começar o doutorado. Inevitável que aquele pecado lá da juventude [do início do Mestrado] cobrasse o seu preço na banca: fui bastante humilhada, bastante debochada pelo ex-orientador, que teve uma postura não muito acadêmica, digamos, tentou me reprovar... não deu certo, acabei conseguindo passar meio “com as calças na mão” como a gente diz, e, quando cheguei para a matrícula do doutorado lá em Madri, na Complutense, fiquei sabendo que o Pedro Vives não fazia mais parte da universidade, ou seja, desapareceu o único contato que eu tinha na Espanha. Novamente aquela sensação de ter que começar do zero. E agora, com quem vou me aliar?! Aquele texto meio apressado da dissertação, escrito às pressas para dar tempo dos prazos da Capes, da bolsa, da Complutense, rendeu uma provocação anos depois, na década de 1990, quando o Melià teve em mãos o texto da dissertação, que ele leu, sobre os tais xamãs do século XVII... e aí ele olhava assim, naquela leitura meio diagonal que a gente faz quando conhece o assunto... então ele levantou e disse: “Weber falou dos Guarani?!” Não, né, professor (resposta), mas... – eu não poderia me entregar muito, não é?!, senão seria mais um jesuíta a comandar outra *indiazita*, crespa – O Lévi-Strauss e o Mauss também não falaram dos Guarani, né?! Então está todo mundo igual, cada um usa aquilo que pode...

Weber ou Bourdieu nunca falaram dos Guarani, mas, eu disse para ele, no mestrado, as opções teóricas são aquelas que o orientador vai dizendo! A gente vai mais ou menos se adaptando a isso... apesar desse confronto, que, na verdade eu nem me lembrava mais, foi ele, lá nas Jornadas de Buenos Aires, em 2008 ou 2009, quem veio me cobrar essa afirmação, ou esse confronto, dizendo que ficou de alguma forma seduzido para saber como aquela guria iria sair do doutorado? De que jeito que ela iria se virar...

Isso foi uma coisa muito boa, porque, na verdade, no doutorado na Complutense, o meu orientador realmente foi o Melià. Eu tive um orientador pro-forma, que assinava os papéis, mandava os pareceres para a bolsa, que foi o Pedro Pérez (Herrero), uma pessoa encantadora. Mas, o único interlocutor realmente que eu tive foi o Melià... quando ele aparecia para visitar a família ou para as homenagens, os congressos que ele ia na Espanha, a gente sempre tinha algum momento em que ele me questionava, me colocava à prova digamos assim.

Na Complutense tinha o Departamento de História da América I e o Departamento História da América II. Os antropólogos odiavam, mas, História da América I era História, História da América II era Antropologia... e, os antropólogos, claro, não gostavam do departamento de História. O Pedro Pérez, que me acolheu depois do Pedro Vives ter saído da universidade, não se importou nem um pouco, ele até me aconselhou a ir para Antropologia, pois, como ele disse no nosso primeiro encontro, “existe um pouco mais do que um século e um continente que nos separam”, porque ele trabalha com economia do México do século XIX e, eu, com os indígenas do Paraguai no século XVIII. Ele não tinha interesse [acadêmico-científico] no meu trabalho, mas ele tinha uma perspectiva de pesquisa que me motivou muito, uma seriedade com a pesquisa histórica como um todo. A Antropologia na Complutense é centrada nas Terras Altas... O que importava para a Espanha eram os Astecas, os Incas e os Maias, era a Alta Antropologia, tanto trabalhos de campo, escavação arqueológica, quanto etnologia, mas, todos esses trabalhos tinham como precedente a pesquisa em arquivos, porque esses grupos (os das Terras Altas) tinham uma grande produção documental. Isso de alguma forma me deixou confortável, embora quando eu dizia que trabalhava com os Guarani era [percebido como] aquela coisa lá do fim do mundo... lá na periferia do Império, como eu era brasileira e trabalhava com o Paraguai?! Nunca entrou muito na cabeça deles isso [Para a Antropologia da Complutense, naquele momento, o que era esperado de uma pesquisadora brasileira era trabalhar com questões afro-brasileiras, como religião, diferenças socioculturais entre brancos e negros etc.].

Mas, essa possibilidade de trabalhar em arquivo, mesmo com uma formação da antropologia, da forma como a Antropologia entende o trabalho de pesquisa, me facilitou muito e, quando eu tive realmente acesso aos arquivos espanhóis, arquivos com A maiúsculo,

eu fui abduzida pela documentação. As questões teóricas pairavam, mas eu era realmente seduzida pela documentação, porque era a primeira vez que eu estava lendo uma documentação não previamente escolhida, não era uma documentação publicada, não havia alguém que tinha escolhido, transcrito, colocado numa coleção, era aquilo que eu conseguia ler, dentro desse universo, e, isso foi muito mobilizador pra mim. Principalmente depois quando, no período de sanduíche, eu vim trabalhar também nos arquivos da Argentina e do Paraguai, [os documentos] me mostravam aquele mundo que eu estava querendo ver, desde Itapeva... homens, mulheres, crianças, jovens... as pessoas apareciam efetivamente nesse mundo.

Aí teve um probleminha, que eu chamo de probleminha para ser simpática, que, na Espanha, no final do primeiro ano do doutorado, dos créditos, a gente tem que defender o projeto e inscrever o projeto. A inscrição do projeto na secretaria significa que ele foi aprovado e que aquele título nunca mais vai mudar, então, aquele título que eu botei lá no final do primeiro ano do doutorado, que ficou até o final por questões da burocracia de lá, não podia mais ser mudado. Aquele título, tinha “Os aspectos da resistência”, que eu já achava um pouco duvidoso, me levou a ter esse conceito de resistência comigo como uma marca absoluta... Os antropólogos não gostavam muito, mas não me davam outra alternativa teórica. Os historiadores, e até mesmo o meu orientador, achavam que estava perfeito dentro do materialismo histórico, que eu também não gostava, mas, eu não podia mais me desvencilhar dele, então, o que eu consegui fazer foi, na escrita, relativizar essa coisa da resistência, colocando os Guaraní do século XVIII como os *rebeldes sem causa*, para não ter aquela rigidez.

Aí eu entreguei o texto final para o meu orientador [Jan/1993] e voltei para o Brasil, pois tinha que assumir as disciplinas na PUC. Para vocês, que entregam os textos duas semanas antes, ele ficou de janeiro até outubro para ler o meu trabalho! Sem nenhuma pressa, porque, enfim, é o tempo dele, ... a gente é que fica se desesperando, lendo durante o final de semana inteiro os trabalhos atrasados... Lá em outubro, dez meses depois que eu tinha entregue, chegou uma carta – eu sou do tempo da carta, vejam os meus cabelos brancos – ele [o orientador] disse que estava muito interessante, que gostou muito, que tinha muita pesquisa, mas que estava faltando um pedaço e, um pedaço sobre o qual ele fez uma

brincadeira mais ou menos assim: “como é que tu queres que os professores que vão participar da tua banca aqui na Espanha saibam o que é que tu escreveu há 4 anos, numa universidade dos confins do Brasil?” [Essa era a realidade nos tempos pré-internet]. Ou seja, era uma coisa impossível... então estava faltando um pedacinho, que era o século XVII inteiro... demorou dez meses para me dizer isso. Mas, enfim, eu realmente achava que falta mesmo, pois eu fazia referências a resultados de um trabalho anterior, e isso não estava muito explicado.

Eu estava dando aula na PUC, tive que fechar as provas objetivas, que era uma trabalhadeira de fazer, saí em outubro e, no final [da carta], ele dizia: “vem que nós vamos montar a banca! É só botar esse ‘pedacinho’ que está faltando”. E eu fui. Cheguei lá com as atas das disciplinas para fechar, as provas para serem aplicadas aqui no Brasil, aquela confusão que, em geral, acontece quando a gente está às vésperas de defesa... e ainda escrevendo. Ainda teve várias questões informáticas e tecnológicas para resolver, mas que não vou entrar em detalhe aqui. Enfim, como eu passei aqueles 10 meses lendo e reescrevendo aquele texto, eu fiz essa parte que estava faltando e entreguei, no final de novembro, para a banca, que só saiu em janeiro do outro ano, 1994. Como é de praxe na Espanha, o orientador não participa da banca, então eu tive cinco leitores diferentes, novos, que não tinham contato comigo, com exceção de uma professora. Ou seja, não conheciam essa trajetória da brasileira, que pesquisa o Paraguai, a Argentina... todos eles apontaram vários erros... de gramática, de digitação, de falta de bibliografia, mas no final de tudo, foi bom ter um aprovado com louvor, por unanimidade, porque na verdade os erros não eram tão substanciais.

Para encerrar, qual foi o meu objetivo ao retomar essa trajetória? O que há de constante nessas diferentes etapas de formação que eu resumi aqui para vocês? A escrita apressada? que todos nós fazemos alguma vez... a sensação de começar do zero de novo? O estresse institucional que todos nós passamos, bem ou mal? o engessamento teórico, em função do formato do curso? a diversidade de fontes? falta de orientação? falta de engajamento do orientador? falta de tempo? procrastinar em meio às dúvidas? Porque quando a gente descobre os arquivos [queremos] ver como é que eles falam lá da morte do Ñezu... [1628] nada a ver, não era aquilo que estava pesquisando, mas ficava perdida no meio [dos documentos]. Todos esses itens fazem parte do processo de pesquisa desde sempre, eu acho.

Podem mudar as tecnologias, muda a ordem dos fatores, muda o grau de importância de cada um dos elementos, da falta de tempo, do stress [das regras] institucionais, mas eles sempre vão estar presentes, em maior ou menor medida.

O que eu queria mostrar um pouco para vocês aqui é que o motor da pesquisa não é a busca de respostas como me disseram lá no meu primeiro trabalho: você tem que dar uma resposta! Nem mesmo que essa resposta seja temporária... a gente não pode se colocar nesse compromisso [no início de uma pesquisa]. Tampouco essa necessidade de buscar novos temas ou novas metodologias de trabalho, bancos de dados ou recursos informáticos e tecnológicos. Muito menos uma fonte inédita, pois não é porque está manuscrito que seja inédito. Não é isso que garante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e investigação.

O que move a pesquisa, o que nos move sempre é a dúvida... é a insatisfação com o que está posto, com o que é tido como consenso dentro do conhecimento, mesmo que a gente sequer saiba identificar onde é que está essa insatisfação que nós temos com o que está posto. O motor da pesquisa, na verdade, são as perguntas que a gente consegue fazer para os nossos objetos. São elas que mudam ao longo do tempo, não é a documentação, não é a tecnologia, não é o acesso, não é a teoria. É em função dessas perguntas que nós podemos nos mobilizar em torno da pesquisa. Para terminar, uma certa apreensão que a gente tem agora, desse momento, é: será que a gente não está empobrecendo a nossa capacidade de fazer perguntas? quando a gente reduz nossas dúvidas a: vamos dar um Google... Quando a gente se satisfaz com uma resposta rasa, começamos a nos acostumar a fazer perguntas rasas, perguntas óbvias... no fim [tudo] parece e é óbvio. Muitas vezes não é que a pesquisa esteja ruim, é que o esforço do questionamento não foi além do óbvio, do raso. Como é que nós vamos aguçar a nossa capacidade de questionar, se nos conformarmos com respostas muito rasas? Pensem um pouquinho... porque pensar faz bem, como eu colocava no final das minhas provas... Gracias!

[Comentário de um ouvinte em torno do paradoxo que se configura no século XXI com, por um lado, o enorme volume de informações disponíveis e, por outro, a impossibilidade de se realizar uma apropriação consistente dessa informação].

MCS: Eu só queria matizar uma das questões sobre isso que a gente tem agora, entre a facilidade de acesso [e o excesso] às informações. [Antes era tão difícil chegar num determinado documento, que era fundamental lê-lo com a máxima atenção, perceber os detalhes da narrativa, fazer fichamento sobre cada assunto]. Sem esse de “treinamento”, não sei se é exatamente isso, ou esse passo prévio sobre o que é a pesquisa no emaranhado do arquivo... e daí eu sempre dou o exemplo do Arquivo do Paraguai, que é o mais clássico em tudo isso... Finalmente [eu pensava] eu vou ter acesso à Seção de História do Arquivo Nacional de Assunção (ANA). Aí a gente abre o *legajo*, e o primeiro documento é de 1815 e o segundo é 1580... então, bom, qualquer coisa que a gente achar aqui é mera sorte... Daí eu vou para a *Nueva Encuadernación* do ANA, e o primeiro documento é de 1930 e o segundo é de 1613... quero dizer, sem esse passo prévio da disciplina de filtrar a documentação e esmiuçar todos os detalhes de cada documento não adianta a gente ter um grande acesso à informação. Eu penso que é isso o que falta, muitas vezes, quando se tem essa facilidade, vamos baixando tantas coisas que, no final, já não sabemos o que queríamos. Eu acho que isso afeta muito os nossos alunos. Eu dizia algo assim quando um orientando aparecia dizendo alguma coisa como: “fui ao arquivo e consegui todos os documentos da Seção Jesuíta, por exemplo”; aí eu perguntava, é mesmo? como é que tu conseguiste? e ele respondia: “eu fotografei tudo!”. Ou seja, não leu nada, só tirou fotos e mais fotos... Isto é, não adianta ter todos os documentos da Seção tal se tu não sabes o que tu tens. Essa é a questão que nós temos que pensar, é que a facilidade de acesso não pressupõe um avanço efetivo na pesquisa.

[Perguntas de ouvinte: a) *Em que medida a sr.^a percebe as interfaces e as fronteiras entre História, Arqueologia e Antropologia na atualidade? O que avançou se compararmos com as últimas décadas?* b) *Como você vê a relação entre a história indígena produzida nas últimas décadas em instituições como a PUC/RS, Unisinos, UFRGS, com o que tem sido produzido nas universidades do sudeste do país?* c) *Qual a sua percepção sobre o estado atual do ensino de história indígena na Educação Básica?*]

MCS: Vou começar pelo final. Esse é um recurso que eu sempre ensino para os alunos: começar pela última (risos). Essa questão da história indígena na educação básica é uma coisa

que eu já percebo há bastante tempo e foi um dos motivadores da gente fazer esse livrinho que a Cristina comentou no início, *Debates sobre a questão indígena* (em co-autoria com Guilherme G. Felipe). Mesmo dando aulas na graduação, durante o semestre, só conseguia falar durante 1h30min sobre história indígena aos meus alunos. Pinceladas sobre o que não fazer, pelo menos, dentro de uma sala de aula com crianças, sobre a questão indígena. A gente escreveu, eu acredito, aquele livro um pouco com esse objetivo, de dar uma ferramenta para os professores trabalharem história indígena, na Educação Básica. Mas ainda está muito aquém do que seria o ideal.

Eu falo mais até sobre a questão legal mesmo, por exemplo a questão da escravidão ou a questão do negro, que teve um *lobby* maior na defesa da legislação, tem muito mais espaço do que a questão indígena. Tanto é que, nas mudanças de currículo, mesmo eu estando lá dentro da PUC/RS, nunca consegui fazer com que o curso de graduação tivesse uma disciplina, que fosse de 2 créditos, de história indígena; enquanto tem uma história da África, história da escravidão etc., sempre tem várias disciplinas nesse sentido. Eu penso que é um percurso ainda a ser percorrido, que cabe à gente que está nessa formação dos novos professores, pelo menos alertar, para que eles não cometam aqueles erros básicos que nós temos visto se reproduzirem ao longo do tempo.

Sobre a minha visão a respeito da produção historiográfica Sudeste e do Sul, eu serei bem sintética, até porque já comentei um pouco isso. Mas, existe uma questão básica que eu ouvia desde o Braz (Brancato), é que o Sudeste é [História] nacional, o Sul é [História] regional. A produção historiográfica do Sul é sobre Fronteira, o gado, o charque... é história regional, não é considerada produção de História do Brasil, não é a produção de História Oficial, digamos assim. Já uma pesquisa sobre a produção cafeeira no Vale do Paraíba é vista como uma pesquisa (de História do Brasil), não é regional. E no que diz respeito em particular à história indígena, que eu até nem cheguei a comentar, mas, grande parte da produção historiográfica é historiografia da política do Estado em relação aos indígenas, é a política indigenista levada pelo Estado com relação às populações indígenas. Inclusive, o Jean [Tiago Baptista], quando esteve no Canadá, comentou que a expressão História Indígena é usada equivocadamente por nós aqui. Para eles, História Indígena é somente aquela feita pelos indígenas; nunca essa história feita por acadêmicos que leva em consideração os indígenas, ou

que busca o protagonismo indígena. A produção historiográfica preponderante no Sudeste, principalmente ali na [Universidade] Federal Fluminense ou na Unicamp, que era John Monteiro, Maria Regina Celestino, é uma produção historiográfica que traz os indígenas em função da política desenvolvida pelo Estado. É uma produção historiográfica que está um pouco à cabresto de uma política estatal do Império ou da Colônia, mas é o Estado em relação aos indígenas. Enquanto aqui no Sul, como o centro do poder do Estado está muito distante de nós, a gente tem uma preocupação talvez mais genuína com esse protagonismo indígena ou com o lugar desse indígena na história. Peço desculpas se estou sendo muito sintética.

Sobre a questão das interfaces entre Antropologia, Arqueologia e História... há muito tempo, em um curso que eu ministrei lá no pós-graduação, eu dizia que a História é aquela matrona velha, sentada em uma cadeira de balanço, sendo embalada por Heródoto, dizendo: venham a mim as criancinhas. A Antropologia é aquele adolescente desgraçado, em dúvida com a vida, “será que esse é o meu lugar? será que o que estou fazendo é certo?”. A Antropologia, em particular, é muito auto questionadora. A História... nós estamos desde Heródoto aqui... não é uma coisa que surgiu no século XIX, na disputa de imperialismos etc. Nós estamos há muito tempo fazendo ciência. Daí entra essa questão da Arqueologia, (que seria aquele homem de quarenta anos, acha que sabe tudo, mas continua na busca de novas aventuras). Uma das coisas que sempre me incomodou na PUC/RS onde é o único lugar em que a Arqueologia está junto com História. Em todos os outros lugares – UFMG, USP, Complutense etc. – Arqueologia está junto com Antropologia, e, essa junção de História e Arqueologia dá uma elasticidade para esse autoritarismo da História que parece que, até antes de Heródoto, a História já tinha esse poder de conhecimento, enquanto a Antropologia está sempre mais no questionamento. Eu sinto que, atualmente, existe muito mais aproximação, embora as fronteiras disciplinares ainda existam, ainda sejam defendidas por um historiador mais clássico... Eu sempre tentei não fazer crescer essas paredes de interface, mas sei dos limites que existem entre essas três.

[Pergunta de ouvinte: *diante do atual quadro de crise dos valores democráticos, estrangulamento da ciência no Brasil, com corte de verbas, perseguição de pesquisadores etc. Quais possibilidades e limites você vê para a continuidade da pesquisa em História?*]

MCS: Bá! Se eu soubesse... (risos). Vamos lá... É claro que a questão atual é desesperadora para qualquer um que faça parte da construção do conhecimento, nem digo mais. A Ciência, o conhecimento que a gente cultiva... Tem aquela frase da Mafalda que diz: “estamos poupando tanto em educação que ficaremos ricos em ignorância”. É um pouco isso... essa questão de investimentos nos leva a ser muito temerosos, a ficar muito preocupados. Eu fico particularmente muito preocupada, porque apesar dos discursos humanistas das nossas universidades, da PUC/RS, da Unisinos, enfim, a gente vê que existe uma preocupação com o produtivismo, com um resultado técnico. Viviam pedindo projetos de produtos... Aí eu fico pensando, a pesquisa em História pode oferecer produtos para consumo do mercado?! Algo mais consistente que um *podcast* ou um canal no Youtube de divulgação científica sobre temas específicos? Mas será preciso fazer dois anos de mestrado mais quatro anos de doutorado para dar uma entrevista de uma hora ou criar um *podcast*? Existe um descompasso nesse discurso... por outro lado, tenho clareza de que essas dificuldades são cíclicas. Por exemplo, quando eu saí para o doutorado, lá no final dos anos 80, o Brasil estava com aquela inflação de três dígitos [ao mês], a Bolsa, os valores, tudo era muito complicado. Quando chegava [a mensalidade] em dólar e até chegar nas *pesetas* que era o que eu gastava, era uma conta que nunca fechava efetivamente.

O que eu vejo é que mais um ciclo está começando dessas dificuldades do financiamento, de fechar portas de pesquisa, de espaços de pesquisa... Eu acho que as pesquisas vão ficar marcadas por isso. Vai ter uma marca em um futuro breve, o mais próximo possível, de que aquilo que a gente tinha há cinco ou dez anos atrás, aquele estímulo para sair para fazer pesquisa, para participar de congressos, para se renovar... e que deu um resultado razoável nesses últimos cinco ou dez anos, isso vai aparecer. Essas dificuldades vão aparecer inevitavelmente aí na frente. O conhecimento, a seriedade na pesquisa vão se banalizar. Eu acho que se há de ter consciência disso, ou seja, não é um problema teu, não um problema do teu programa de pós-graduação. Esse é um problema que nós estamos enfrentando enquanto Brasil. Não carrega mais culpa do que tu já tens... Em última instância é isso.

[Perguntas de ouvintes: 1) *Me gustó mucho tu comentario y tu crítica a la historia indígena. Los indígenas son traídos a lo palco quando se necesita explicar el rol del Estado, quando eso falla, los indígenas vuelven al medio de la selva y nadie puede explicar lo que sucede. Y eso se vincula con una question que – esta es una pregunta, o más que una pregunta, una cuestión de reflexión que me gustaria de te escuchar-te a vos – que és el problema de la teoria. Vos diciste ? Será que no estamos empobreciendo nuestra capacidad de hacer preguntas? Mi pregunta és: no será que tambien se está empobreciendo la formación teórica? Como podemos fugir de la seducción de las modas teóricas?* 2) *Eu fico pensando sobre o fascínio que os documentos exercem sobre a gente, o fascínio de estar no arquivo e de achar que a pesquisa se reduz ao levantamento de documentos. Eu gostaria de te ouvir falar um pouco sobre isso e também ouvir um pouco da tua experiência em relação a arquivos no Brasil e no exterior].*

MCS: Carlos [Daniel Paz], se eu soubesse exatamente uma resposta perfeita para ti eu nem teria me aposentado! (risos). De todas as formas, eu creio que existe sim uma simplificação ou uma redução, quase como reduzir um molho sabe? deixando no fogo ele vai diminuindo, diminuindo, até ficar cremoso. Existe uma redução aos pontos teóricos, não à teoria, mas a alguns pontos teóricos que são excessivamente pisados e repisados sem a perspectiva do que aquele ponto representa dentro de uma teoria maior, de um projeto teórico de compreensão do homem, da cultura, da estrutura, do passado, enfim.

Se fizéssemos uma análise de discurso dos artigos publicados ultimamente na área de Antropologia ou na área de História, eu acho que iríamos pinçar palavras que reincidentemente aparecem: constância, inconstância, estrutura, invenção da estrutura, invenção da cultura, existem palavras que não necessariamente se referem ao paradigma teórico. Nesse ponto eu concordo muito que existe um empobrecimento da formação teórica, porque as pessoas não querem mais ler o Lévi-Strauss de cima à baixo, elas querem aquela palavrinha que o Lévi-Strauss falou que [permite dizer] que tudo pode ser explicado pela estrutura. Elas querem aquela frase. Então vão procurando e acabam repetidamente, muitas vezes, referindo isso sem entender... Eu não entendo todo o pensamento do Lévi-Strauss. Eu fiz um curso de um ano, na Complutense, só sobre *O Pensamento Selvagem*, só com um livro,

mas não entendo tudo ainda. Eu não sei, nessas disciplinas em que se lê numa semana um autor, outra semana outro autor, como é que vai se formando alguma coisa na cabeça das pessoas.

Emendando um pouco com essa questão da Eliane [Deckmann Fleck], sair para essa questão teórica resolvida de forma mais imediata é uma fuga... [reelaboração]. Se existe um fascínio dos arquivos, sobretudo os arquivos europeus, que são comandados por arquivistas – sem nenhum desprezo aos arquivos da Argentina, mas o elevador do Arquivo General de la Nación (AGN) era um problema (risos). Os arquivos espanhóis que eu conheço mais, portugueses alguns, têm um primor, um cuidado com aquela documentação, que realmente tu tens a sensação de estar em uma joalheria, de estar no meio de joias raras. Eu sempre brinco que agora os arquivos estão a maioria disponíveis pela internet, mas, a primeira vez que eu entrei no Arquivo de Índias, em Sevilha, existia um corredor com tapete vermelho e, lá no fundo, um computador. A gente chegava até lá e escrevia a mesma coisa que se escrevia na solicitação à mão: *legajo tal, asignatura tal*. Era aquela honra ao computador... Ou seja, [com] essa sensação de que quando tu estás em um arquivo, tu estás realmente no meio de joias raras, a gente vai quase que suplantando [a teoria]. À medida em que eu tenho mais documentos, eu posso ter menos teoria. É um pouco aquilo que eu estava falando quando disse que fui abduzida pelos documentos, foi o momento em que eu pensei: “bom, o jeito que vou explicar não importa, mas eu vou ter documentos”, é um pouco essa sensação que o historiador vai e diz: eu pesquisei! Mesmo que tu não saibas explicar o que pesquisou... “mas eu pesquisei!”.

Esses dois extremos, esse abrandamento teórico e esse fascínio são como os dois lados de uma corda em que a gente fica se equilibrando. Quanto mais documentos tu tens, mais frouxo teoricamente tu podes ser, porque vais ter mais documentos para te justificar... quanto menos documentos tu tens, mais tu complicas teoricamente, para não perceberem a falha da pesquisa empírica. Acho que isso é um cabo de tensão que, como eu disse para o Carlos, se eu soubesse como me equilibrar entre esses dois... (risos). Creio que talvez o equilíbrio esteja na maturidade teórica e na segurança dos passos metodológicos durante a pesquisa, e para isso não há outro caminho que a prática.